

OPERAÇÃO LAVA A JATO

Propina de 8 milhões em Aracruz

Denúncia do Ministério Público Federal aponta que o valor foi pago durante as obras do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho

Guto Netto
Pedro Callegario

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal do Paraná (MPF-PR), ontem, contra 36 investigados na sétima fase da Operação Lava a Jato, apontou o pagamento de R\$ 8,093 milhões por empresas vinculadas a Mendes Júnior durante a realização de obras do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz.

Pela ação proposta pelo órgão ministerial paranaense, a obra era vinculada à Diretoria de Abastecimento da Petrobras, então comandada por Paulo Roberto Costa, com valor inicial previsto em R\$ 536.809.380,41.

Porém, os procuradores entenderam que o procedimento licitatório foi “nitidamente” direcionado em favor do cartel investigado pela operação, já que 15 das 17 empresas convidadas faziam parte do grupo. Assim, a Mendes Júnior, vencedora da disputa, apresentou o menor valor, R\$ 493.561.194,26.

Em virtude dos sucessivos aditivos, a entrega da obra passou a ser estimada para 1º de novembro de 2013, superando o patamar de R\$ 895.886.403,83 – 60% a mais do valor inicial em R\$ 410.955.218,95.

Conforme depoimentos do doleiro Alberto Youssef e do diretor Paulo Roberto Costa, houve pagamento de quantias indevidas entre 1% e 5% dos valores dos aditivos em troca de vantagens.

Pela planilha de aditivos apresentada pela estatal, entre abril de 2009 e março de 2012, foram 24 acréscimos contratuais. Toda a propina supostamente paga teria totalizado R\$ 8.093.924,01, sendo que ela era feita em 1% no valor de cada aditivo assinado para a obra em Barra do Riacho.

Para a quantia ser lavada e poder ganhar aspecto de legalidade, a Mendes Júnior, valendo-se do serviço, ajustou com Youssef o pagamento para suas empresas de fachada, ocultando assim a verdadeira razão do pagamento, permitindo o disfarce e maquiagem contábil do pagamento, segundo narra a denúncia do MPF-PR.

Os diretores da empreiteira, Sérgio Cunha Mendes e Ângelo Alves Mendes; o representante Alberto Elísio Vilaça Gomes; o diretor de óleo e gás Rogério Cunha de Oliveira; e o gerente de contratos José Humberto Cruvinel Resende foram denunciados e acusados de participarem do esquema que repassava propina a Costa, através do doleiro Youssef.

Por meio de nota, a Mendes Júnior informou que a empresa não se pronuncia sobre inquéritos e processos em andamento.



ARQUIVO/AT

SAIBA MAIS

Custo do terminal aumentou

- > **INAUGURADO** em 2013, o Terminal Aquaviário de Barra do Riacho entrou em operação para permitir o armazenamento e o escoamento, através de navios, do GLP (gás de cozinha) e do C5+ (combustível natural utilizado pela indústria petroquímica) produzidos na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC); a partir do processamento do gás natural e do condensado produzidos na Bacia do Espírito Santo.
- > **A OBRA** foi executada pela em-

preiteira Mendes Júnior.

- > **O PREÇO** da obra saltou de R\$ 485 milhões para R\$ 895 milhões, no terminal que está localizado a 55 km ao norte do Porto de Vitória, em Barra do Riacho, Aracruz.
- > **A OBRA** foi iniciada dia 8 de setembro de 2008 e concluída em 1º de novembro de 2013.
- > **DENÚNCIA** do Ministério Público Federal aponta pagamento de propina de mais de R\$ 8 milhões de empreiteiras a dirigentes da estatal.



TERMINAL AQUAVIÁRIO DE BARRA DO RIACHO teve o custo da obra 60% maior do que o valor inicial previsto

ENTENDA O CASO

Licitação direcionada a favor de cartel

- > **DE ACORDO** com a denúncia do Ministério Público Federal do Paraná (MPF-PR), o procedimento licitatório para a construção do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz, no Norte do Estado, foi “nitidamente” direcionado em favor do cartel apontado pela investigação da Operação Lava a Jato.
- > **A MENDES** Júnior sagrou-se vencedora, oferecendo o menor valor para a obra, R\$ 493.561.194,26.
- > **APÓS** 24 aditivos contratuais, a data

do término do contrato passou a ser 1º de novembro de 2013, bem como um acréscimo de R\$ 410.955.218,95 (60% do valor inicial), atingindo montante de R\$ 895.886.403,83.

- > **ATRAVÉS** dos depoimentos de Paulo Roberto Costa, então diretor da Petrobras, e o doleiro Alberto Youssef, as propinas variavam entre 1% e 5% dos valores contratados.
- > **SEGUNDO** o advogado da Mendes Júnior, Marcelo Leonardo, o pagamento da propina era necessário pa-

ra que a empreiteira continuasse participando de processos licitatórios da estatal.

- > **AO TODO**, desde a abertura da licitação ao encerramento do contrato, a investigação da Polícia Federal apurou pagamento de R\$ 8.093.924,01 da Mendes Júnior à empresas de fachada de propriedade do doleiro Alberto Youssef, sob comando do diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, através de serviços falsos e notas fiscais frias.



MARCELO LEONARDO: atrasos

Advogado de empreiteira confirmou pagamentos

O advogado da Mendes Júnior, Marcelo Leonardo, não foi localizado ontem para comentar a denúncia do Ministério Público Federal na obra do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz. Em entrevista anterior, ele confirmara pagamento de propina e direcionamento de licitações.

“A empresa (Mendes Júnior) não recebia há alguns meses e recebeu ameaça ou extorsão que não receberia se não pagasse ao diretor (da Petrobras), que era o Paulo Roberto Costa, por intermédio do (Alberto) Youssef”, disse.

Leonardo contou ainda que a empresa foi ameaçada de não participar de novas licitações caso não aceitasse os repasses indevidos.

Ele disse que havia pagamentos em atraso e, como condição para que a empreiteira recebesse, deveria pagar o valor acordado.

“Foi dito que, para receber atrasados, tinha de pagar comissão ao diretor da Petrobras, o Paulo Roberto Costa”

Marcelo Leonardo, advogado

Sede de Vitória será investigada

Embora não tenha sido citada na denúncia proposta pelo Ministério Público Federal no Paraná (MPF-PR) à Justiça referente a Operação Lava a Jato, a construção da sede da Petrobras em Vitória está para ser incluída na investigação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara Federal.

Além disso, o Ministério Público Federal capixaba já encaminhou o

caso para que o órgão ministerial no Paraná instaure procedimento de investigação da construção da sede da estatal no Estado.

Suspeita de superfaturamento, a construção da sede está para ser incluída na pauta de investigação na Câmara por proposição do deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR), que prevê a auditoria nos contratos da obra da estatal em Vitória por meio do Tribunal

de Contas da União (TCU).

O relator do pedido é o deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC), que deverá sugerir a auditoria na obra. Embora esteja na pauta da comissão nas últimas duas semanas, ela ainda não foi apreciada por falta de quórum.

A nova sede da estatal em Vitória começou a ser planejada em 2005, orçada, inicialmente em R\$ 90 milhões. A obra iniciou em 2006 com um orçamento de R\$ 486 milhões. Porém, a conclusão só ocorreu em 2011 e custou R\$ 580 milhões. Ou seja, 6,4 vezes mais.

A obra foi realizada pelas empresas Odebrecht e Camargo Corréa, citadas na Operação Lava a Jato – somente a segunda foi alvo de ações por parte do MPF.

A Petrobras já havia informado que o aumento foi devido ao sistema de iluminação, aquecimento solar de água e por conta das aplicações das últimas tecnologias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 27/07/2013

RUBENS BUENO propõe auditoria nos contratos da Petrobras na obra da sede que fica na Reta da Penha, em Vitória